

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 759, DE 2016

EMENDA SUPRESSIVA

Suprima-se o §5º, do Art. 15, da Lei nº 11.952, de 2009, com a redação dada pelo Art. 4º da Medida Provisória nº 759, de 2016.

JUSTIFICAÇÃO

O dispositivo objeto desta Emenda fixa que “não se operará a resolução do título prevista no § 4º caso seja firmado Termo de Compromisso de Ajustamento de Conduta - TAC ambiental com vistas à reparação do dano, permitida a liberação da condição resolutiva após a demonstração de seu cumprimento”.

A manutenção do dispositivo representa uma autorização branca para o descumprimento das poucas exigências no plano ambiental para a garantia da alienação do imóvel ocupado.

Ainda que essa possibilidade venha a ser adotada, todavia não tem sentido uma Lei que diz: “se você desmatar a RL ou a APP de forma irregular você perde o direito previsto no programa Terra Legal. Em seguida, diz: relaxa, pois se desmatar assine um TAC e está tudo resolvido!”

Sala das Sessões, em 07 de fevereiro de 2017

Deputado Beto Faro

